



## ESTADO DO ACRE

MENSAGEM Nº 2253, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2024

À SUBSECRETARIA DE ATIVIDADES LEGISLATIVAS  
PARA SUA TRAMITAÇÃO  
Em 10/12/24  
Presidente

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado **LUIZ GONZAGA**  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Acre

Senhor Presidente,

Submeto a essa Augusta Assembleia Legislativa, por intermédio de Vossa Excelência, para fins de apreciação e aprovação, atendidos os dispositivos que disciplinam o processo legislativo, o presente Projeto de Lei, que **“Altera a Lei nº 4.396, de 19 de agosto de 2024, que altera a Lei nº 1.787, de 3 de julho de 2006, que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto de Terras do Acre - ITERACRE, a outorgar, sob condição resolutiva, concessão de direito de uso nas áreas das Florestas Públicas Estaduais do Rio Gregório, do Rio Liberdade, do Mogno, do Antimary e do Afluente do Complexo do Seringal Jurupari, para efeito de regularização fundiária e dá outras providências, para dispor sobre o início de sua vigência”**.

A presente proposta visa à garantia de que a transição entre a legislação ambiental até então vigente e a Lei nº 4.396, de 2024, será ordenada e eficiente para a devida implementação das disposições introduzidas pela nova legislação.

De acordo com o disposto no art. 17 do Decreto Federal nº 12.002, de 22 de abril de 2022, essa medida de postergação da produção de efeitos dos atos normativos - conhecida como *vacatio legis* - é exigida em atos de maior repercussão, especialmente aqueles que exijam medidas administrativas prévias para a sua aplicação de modo ordenado.

Tal medida se mostra necessária diante da profundidade e complexidade das modificações e inovações no que diz respeito à sistemática ambiental estadual, como forma de possibilitar que a Administração Pública tenha tempo razoável para se adequar, tanto no que diz respeito à regulamentação da matéria, quanto na adoção de providências administrativas essenciais para o devido atendimento à recém-promulgada legislação, a fim de minimizar eventuais impactos negativos para a Administração Pública e para a sociedade.

Com essas breves considerações, submeto o presente Projeto de Lei ao exame dessa Augusta Casa Legislativa, solicitando que sua tramitação se faça em regime de urgência.

Atenciosamente,

**Gladson de Lima Cameli**  
Governador do Estado do Acre



Documento assinado eletronicamente por **GLADSON DE LIMA CAMELI**, Governador, em 10/12/2024, às 11:07, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0013580461** e o código CRC **5F2A00D4**.

**PROJETO DE LEI Nº 295, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2024**

Altera a Lei nº 4.396, de 19 de agosto de 2024, que altera a Lei nº 1.787, de 3 de julho de 2006, que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto de Terras do Acre - ITERACRE, a outorgar, sob condição resolutiva, concessão de direito de uso nas áreas das Florestas Públicas Estaduais do Rio Gregório, do Rio Liberdade, do Mogno, do Antimary e do Afluyente do Complexo do Seringal Jurupari, para efeito de regularização fundiária e dá outras providências, para dispor sobre o início de sua vigência.

## **O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE**

**FAÇO SABER** que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** A Lei nº 4.396, de 19 de agosto de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 2º** Esta Lei entra em vigor no dia 31 de agosto de 2025.” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco - Acre, de de 2024, 136º da República, 122º do Tratado de Petrópolis e 63º do Estado do Acre.

**Gladson de Lima Cameli**  
Governador do Estado do Acre